**CÂMARA TEMÁTICA DE MOBILIDADE A PÉ**

**Horário**: 10h00

**Data**: 10/12/2024

**Participantes**

Ana Britto – SME/CET

Andrea Moraes – Conselheira CTMP

Antônio Madeira – SMT/AT

Cauê Jannini – Conselheiro CTMP

Dawton Gaia – SMT/AT

Edilson Flausino – Conselheiro CMTT

Elio – Conselheiro CTMP

Fabio Saraiva – Imprensa/SETRAM

Gustavo dos Santos Azevedo – Conselheiro CMTT

Jackeline Morena – SMT/AT

José Renato Soibelmann Melhem - SMPED

Lea Lopes – SMT/AT

Luciana Trindade – Conselheira CMTT

Marcelly – SMT/AT

Marcus Buelloni – GPL/CET

Mauricio Losada – GPL/CET

Mauro Calliari – Conselheiro CTMP

Michele Perea Cavinato – SMT/AT

Paulo Henrique Almeida – SMT/AT

Renan Villarta – Conselheiro CMTT

Rodrigo Dias Paes Landim – SMT/AT

Rosilaine Cacau – DPM/CET

Sandra Ramalhoso – Conselheiro CTMP

Sérgio Amaral – GMC/CET

Ricardo Pradas – SMT/AT

Telma Micheletto – GST/CET

Vanessa Gac Leal – SETRAM/AT

**Pautas**

1. PEC calçadas. Atualização das áreas já alteradas, com cronograma de continuação das obras e verbas já empenhadas. Andréa – ATOS/SMSUB.
2. Calçadões do centro. Atualização. Andréa – ATOS/SMSUB.

**00:00:05 Dawton Gaia**: Hoje, conseguimos trazer a Andréia, que vai falar sobre a PEG das calçadas. A gente vem buscando essa presença, para que a gente possa até trazer alguns esclarecimentos e buscar um pouco de informação do que está ocorrendo, uma atualização, na verdade, de tudo o que está ocorrendo, tudo o que foi investido na prefeitura e o que está para ser feito. Eu vou passar a palavra direto à Andréia. Não sei se ela tem alguma apresentação. Bom dia, Andréia, a palavra é sua.

**00:00:53 Andrea Moraes**: Bom dia. Eu gostaria de saber o que vocês querem saber, porque na reunião anterior eu já tinha prestado quase todas as informações que eu tinha disponíveis. Então, no convite, eu vi que vocês estão falando sobre aplicação de verbas e sobre o calçadão do centro. É isso que vocês estão esperando de mim?

**00:01:32 Dawton Gaia**: Quer dizer, basicamente é isso, mas eu acho que o mais importante, Andréia, é se tem algum programa de fiscalização, o que está previsto. Não sei se já tem uma proposta das calçadas para o próximo ano, se tem proposta de ampliação, se tem possibilidade de ampliar o passeio, quer dizer. Na verdade, a mobilidade a pé na nossa Câmara trata dessa questão, a questão da calçada, da segurança. A ideia é que exista, de fato, intervenções capazes de fazer com que a nossa mobilidade realmente seja boa na cidade de São Paulo. Eu vi que o programa da PEC das calçadas, eu acompanhei alguns deles, o resultado do que está sendo implantado realmente é espetacular. Então, é lógico, a gente sempre espera que isso seja feito na cidade inteira, uma cidade grande como São Paulo, a gente sempre busca trazer o maior número possível de respostas às demandas que vêm ocorrendo durante esse período da gestão. Eu acho que você pode realmente começar falando sobre, se tem alguma proposta de investimento, se tem mais alguma atualização do que vai ser entregue até o final dessa gestão, que a gestão está acabando, na verdade, e o que tem de proposta para a gestão seguinte. Mauro, para completar, com alguma demanda, acho que a hora é essa também. Bom dia.

**00:03:25 Mauro Calliari**: Bom dia. Eu acho sempre incrível a gente começar uma reunião assim, que a pessoa que tenha sido convidada saiba do que se espera dela. A gente está esperando uma apresentação. Qual é o status da PEC? Qual é o status das calçadas do centro? Qual é o status da fiscalização? Eu estou imaginando que a gente tem alguma coisa estruturada para a gente poder discutir.

**00:03:55** **Andrea Moraes**: Bem, Mauro, eu li, sim, meu convite, e, na verdade, ali, o que se espera de mim é muito vago, eu trabalho em atos. Como eu expliquei na reunião passada, nós não temos rigorosamente nada a ver com a calçada que está sendo feita ali nos calçadões do centro.

**00:04:32 Mauro Calliari**: Então, isso não é um problema, porque isso está na pauta, está na ata, está na pauta da reunião. Está escrito aqui, acho que calçadões.

**00:04:37** **Andrea Moraes**: Sim. O que acontece? Se você leu a ata, você viu que eu esclareci que quem está realizando essa obra é a SP Obras. Eu falei bastante coisa em relação ao que eu sei, porque eu acompanho como qualquer um de vocês poderia acompanhar. Eu expliquei que o projeto foi feito por SMU, eu, inclusive, sugeri que vocês convidassem alguém de SMU, então, SMU fez o projeto, e esse projeto foi passado para a SP Obras, e a SP Obras está tocando. Eu, como técnica, como arquiteta e como já fiz muitas calçadas, como eu imagino que vocês não convidaram ninguém nem de SP Obras e nem de SMU, eu posso falar algumas coisas que eu sei como técnica, mas não somos nós que estamos tocando essa calçada. Eu passo lá, a gente trabalha no Martinelli, eu acompanho. Ontem mesmo, eu passei, tirei uma foto, porque eu imaginei que vocês pudessem ter dúvidas sobre o motivo de ser uma obra tão demorada, mas eu também estaria falando como técnica e não como alguém responsável ou como alguém que trabalhe no local responsável por essa execução. Está bem?

**00:06:25 Mauro Calliari**: Você vai falar sobre a PEC das calçadas?

**00:06:27 Andrea Moraes**: Posso falar. Eu já falei bastante na reunião passada também. Eu posso falar. Eu gostaria, como eu não conheço os convidados e a questão da calçada, talvez nem todos saibam como é que funcionam as calçadas em São Paulo. Ontem, eu estava respondendo, estava preparando uma resposta para o Ministério Público, em função disso agora me deu a ideia, de que eu pudesse explicar, porque a gente está falando de mobilidade urbana da cidade. A PEC é só um pedacinho. A PEC são trechos dessa malha. Então, como é que funciona? Na cidade de São Paulo, quem tem a obrigação de fazer e cuidar da manutenção, são os moradores, são os munícipes. Como vocês, todo mundo que mora em São Paulo, sabe que os munícipes não se inteiram da legislação, cada um faz como acha melhor. Ao contrário de outros países ou outras cidades, onde o Poder Público é responsável por fazer na calçada e fazer na manutenção, aqui no Brasil não é. A gente só faz o que é PEC e dentro do orçamento que a gente tenha. A gente tem que fazer o que é PEC. Eu estava falando que 90% da calçada, a legislação fala o quê? Quem tem que fazer a calçada e executar a manutenção é o proprietário do imóvel lindeiro. Isso é muito falho, porque cada um faz como quer. Ninguém, quando vai fazer uma calçada, um munícipe, ele nem sabe, na maior parte dos casos, que existe uma legislação, existe uma cartilha, ninguém sabe. As pessoas fazem para combinar com a sua casa ou com o que o seu poder aquisitivo permite. A prefeitura só faz o que está na PEC e ainda, de uma forma, dependendo do orçamento que a gente tem. A gente tem a obrigação de fazer calçada dos nossos próprios municipais. Minha opinião pessoal, eu acho que a gente tem que fazer a calçada dos nossos próprios municipais. Eu acho que as cidades, os países onde o poder público tem a obrigação de fazer a execução e a manutenção é a única forma de você conseguir, de fato, uma padronização e uma qualidade nessas calçadas. São Paulo não é assim. Então, 90% das calçadas, quem tem que fazer é o munícipe e ele faz como quer. A PEC, todos conhecem, é uma lei e a gente vai fazendo conforme a gente tem orçamento. A gente precisa ter uma ata. Essa ata nós não temos mais, ela se encerrou. Para o próximo ano, nós não temos ideia ainda de o que vai acontecer, porque não sabemos se vai mudar o secretário, quais vão ser as prioridades, qual o orçamento que virá para a PEC. Nesse momento, nós já encerramos tudo o que a gente estava fazendo de calçada, a PEC. Quem atualiza a PEC, quem quiser, eu não sei se vocês sabem, existe um site que se chama GeoSampa, qualquer um pode entrar. Quando vocês clicam calçadas, tudo que estiver em vermelho, faz parte da PEC. A calçada que está em verde é que já está feita. Quem faz esta atualização do que já foi feito de calçada é a SMU. Assim, quem faz a PEC, quem introduz vias, é o Poder Legislativo. Nós executamos e depois quem atualiza o mapa, dizendo o que já foi feito e o que está por fazer, é a SMU. Fiscalização das calçadas também não somos nós. Quem faz a fiscalização das calçadas é as subprefeituras. Eu também sugeri que vocês convidassem. Na secretaria, a gente tem um setor que se chama Degus. Eles centralizam todos os setores de fiscalização das 32 subprefeituras. Como eu sei que vocês não conseguem chamar 32 representantes das subprefeituras, eu sugeri que vocês convidassem alguém de Degus para poder falar sobre a fiscalização dessas calçadas.

**00:12:56 Michele Perea Cavinato**: Chamamos, Andréa. Chamamos e eles declinaram o convite.

**00:12:49 Andrea Moraes**: Ah, que pena. Bom, enfim. Eu vou explicar. Quem faz a fiscalização são os agentes vistores das subprefeituras. Essa carreira de agente vistor é muito delicada. Então, o que os chefes orientam aos agentes vistores? Que eles só façam, só tomem providências, só façam intimação e multa, quando vier reclamação, pedido. Os agentes vistores não têm autorização informal para sair pela cidade intimando e multando todos os munícipes que estão com as calçadas ruins. É necessário que alguém faça uma avaliação de que os agentes vistores façam a reclamação via SAC. Isso chega na subprefeitura, é passado para o agente vistor que vai lá e intima o proprietário a regularizar aquela calçada. Mauro, infelizmente, eu não fiz a apresentação que você esperava, porque eu não tenho muito como fazer essa apresentação.

**00:14:27 Dawton Gaia**: Andréia, só para esclarecer, porque eu acho que, na verdade, você talvez não esteja compreendendo, até porque é que o Mauro está cobrando tanto. A gente vem convidando, fazendo contato com a SMSub já há um certo tempo, já faz anos que nós estamos tentando trazer alguém para poder falar sobre as calçadas, falar sobre, falar sobre demandas específicas de regiões, vamos dizer assim. A gente tem feito os convites e as pessoas têm declinado do convite, infelizmente. E, infelizmente, você se propôs a vir e fazer alguns esclarecimentos. Eu gostaria muito que você continuasse vindo, eu não sei se você consegue.

**00:15:15 Andrea Moraes**: Pretendo.

**00:15:16 Dawton Gaia**: Não sei se você conseguiria trazer mais informação, não sei se você conseguiria trazer mais informação, porque, assim, eu entendo realmente que são áreas específicas, quando você tem uma parte de fiscalização de uma determinada área, uma parte de elaboração de projeto em outra área, uma parte de, que é o caso de atos aí, que faz as atas de calçadas, até para poder esclarecer mesmo, que, assim, quando começaram a sair as PECs das calçadas, todo mundo ficava perguntando, até perguntava nas reuniões aqui, mas quem que é o responsável? É a subprefeitura, é a secretaria, é o proprietário. Então, nós todos aqui não tínhamos essa resposta para falar a verdade. Quer dizer, a gente sabia da responsabilidade do proprietário, sabia da responsabilidade das subprefeituras e da SMSub, mas eu não imaginava que isso estava tão fracionado ainda, estava tão dividido ainda. Eu imaginei que a SMSub, como é a secretaria tivesse poder sobre essa questão inteira e determinasse, fizesse um plano de fiscalização e viesse passando para as subprefeituras. Eu não imaginei que as subprefeituras tivessem essa administração individual por subprefeitura. Não tem problema nenhum essa informação que você está passando para a gente é boa, porque você está confirmando alguma coisa que a gente já achava que era. Acho que a questão é exatamente essa. Quando começou a aparecer a PEC das calçadas, eu achei que tivesse mudado, isso passou a ser responsabilidade do poder público a questão das calçadas, e a gente sempre falava, mas é muito pouco, a gente está falando de um milhão e meio de metros quadrados de calçada para uma cidade tão grande quanto a nossa, 40 milhões de metros quadrados lineares de calçada na cidade, e fazer uma proposta tão pequenininha. Então, é verdade. Assim, a gente sabe que realmente tudo o que se propõe em São Paulo é muito pequeno, os números são muito grandes. São Paulo é uma cidade muito grande, 20 mil quilômetros de rede viária, ela é muito significativa e não é fácil tratar disso dentro de uma prefeitura como a nossa, se não tiver aí um foco específico, um planejamento específico e uma determinação do próprio. Acho que é uma política pública focada na questão da segurança do pedestre, do conforto do pedestre e da acessibilidade, porque o que se discute aqui, eu acho que o grande problema mesmo é a questão da acessibilidade. As calçadas, ao longo dos anos, virou refém do próprio morador, na verdade, porque o morador faz a calçada do gestor, ele faz a rampa do jeito que ele quer, ele faz a rampa do jeito que ele quer, ele termina fazendo aquele degrau que vai facilitar a entrada do veículo dele dentro da garagem dele e termina virando essa coxa de retalho que é a cidade. Então, por isso que dá importância da gente poder compreender o que está acontecendo, até para poder sair daqui, talvez, uma proposta de um documento, como lidar com esse problema, com essa questão das calçadas, porque tem, assim, a gente entende, primeiro, que a calçada realmente precisa, tem muita calçada para ser restaurada, vamos colocar assim, tem muita calçada para ser restaurada, o que foi restaurado está em excelente qualidade e tal, mas isso é muito pouco para uma cidade como São Paulo. A gente entende que precisa fazer um plano de ataque, então, vamos dizer assim, um plano de gestão para poder fazer com que o morador saiba a forma correta de fazer uma calçada, para que não fique fora daquelas normas, que o grande benefício da pega das calçadas é você, o que vocês estão fazendo, retirando todos os degraus, deixando-a mais plana, deixando-a em condições de uso, conforto e acessibilidade é o que está sendo feito. Como fazer uma gestão desse processo, eu acho que deveria estar na SMSub mesmo a gestão desse processo, onde talvez as próprias, se é dividido em subprefeituras, nós temos que entender as subprefeituras, que cada subprefeitura faça o plano de ataque e que o resultado seja feito lá, seja visto pela população em cada subprefeitura. Então, eu entendo que é um plano intersecretarial, como você está colocando, tem lá SMU, fazendo parte da calçada, SPObras construindo, quer dizer, SMU está fazendo um projeto e também contrata obras, em alguns casos. A maior parte dos grandes projetos na cidade, quem vem contratando é a SPObras. Então, é lógico que, se isso não tiver uma gestão do processo, de um modo geral, a gente nunca vai ter as respostas que a gente precisa ter. Porque eu estou me lembrando que nós acabamos de fazer uma apresentação, por exemplo, na questão das bicicletas, onde eu faço uma proposta que tem tudo a ver com calçadas também, que eu estou propondo que as calçadas sejam mais longas, em alguns casos, onde tem a rede cicloviária, por exemplo, onde tem a ciclofaixa, que alarga a calçada e põe a ciclofaixa para cima, para poder garantir a segurança do ciclista também, e com uma calçada mais larga, ou seja, não vai ter conflito entre o pedestre e a bicicleta, porque cada um vai ter o seu espaço compartilhado ali, sobre o passeio. Então, é uma gestão intersecretarial, e eu imagino como a responsabilidade da calçada está na SMSub, acho que quem tem que fazer, quer dizer, eu estou permitindo uma opinião, mas isso tem que ser discutido com vocês. Eu estou imaginando que quem faz essa gestão de todos os processos é a SMSub, inclusive essa gestão entre as outras secretarias.

**00:22:15** **Andrea Moraes**: Dawton, não, por exemplo, esses calçadões do centro, quem definiu que não seríamos nós, não fomos nós. A gente não tem esse poder de definir, que não, nós não queremos fazer o calçadão do centro, ou nós faremos, não nos compete isso. Me ocorreu, eu não sei quantas pessoas aí, estão de fato do poder público, ou não, porque, como eu estou no poder público, a gente tem uma noção de tudo o que precisa ser feito, mas a gente tem a noção da imensa dificuldade que é colocar alguma coisa em prática. A Secretaria Municipal das Subprefeituras, tem a competência de executar a PEC, competência, obrigação, só que quem define a PEC não somos nós, já é um problema, nós somos técnicos e nós teríamos essa capacidade para escolher as vias. Muitas vias que fazem parte da PEC são inviáveis, já começa aí, para você fazer uma calçada para acessibilidade. Ela não pode ser um ladeirão, por exemplo, ela tem que ter uma inclinação máxima, ela tem que ter uma largura mínima. Dessa forma, eu vou chutar, mas assim, 20% das vias que estão na PEC são inviáveis, por exemplo, muitas vezes, a gente vai fazer a PEC e a gente vê que existem vias que a gente não tem a menor ideia, porque faz parte da PEC, porque não passa ninguém, não leva nada para lugar nenhum. A PEC em si, a escolha das vias, do meu ponto de vista, é problemático. Posto isso, nós somos responsáveis por executar as vias que estão definidas na PEC e somos, também, responsáveis por executar as calçadas de próprios municipais, ou seja, hospitais, escolas, equipamentos municipais. Fora isso, é o morador. Você sugeriu que houvesse uma política grande que viesse, provavelmente, do prefeito, dizendo assim, Secretaria Municipal das Subprefeituras, eu quero que vocês façam um grande programa para que todos os munícipes, todos os proprietários dos imóveis lindeiros, as calçadas, regularizem as suas calçadas e coloquem essas calçadas dentro do padrão. Eu já vou te dizer que isso é inviável, porque, politicamente, haveria um levante popular contra isso, e depois, é muito complicado você obrigar o munícipe a reformar a calçada dentro do padrão, às vezes, principalmente nas periferias, as pessoas não têm condição. A gente vê, às vezes, são pessoas com poder aquisitivo baixo. Como é que você pode obrigar que essa pessoa, ali, dentro dessa programação sua, ela vai ter que fazer uma calçada de concreto armado com uma técnica. Isso é caro, então, tudo que a gente faz na prefeitura é muito complexo e exige, muita, muita, muitos, tem muita gente atuando, tem muitas secretarias, tem interesse político, tem questão de verba, tem a legislação. A gente não pode fazer nada do que a gente acha que deveria ser. Tem que ser feita alguma coisa, sim, óbvio, as nossas calçadas na cidade são péssimas. Eu moro aqui perto, a 70 metros, da na minha casa tem uma escola municipal, do lado tem uma escola de surdo e mudo e embaixo a calçada dessa escola, até o ponto de ônibus, que todo mundo faz, ela é destruída. Eu mesma passo todo dia para ir ao ponto de ônibus. Então, assim, o que se pode fazer, eu não sei.

**00:28:04 Dawton Gaia**: Eu entendo o seguinte. Eu vou falar, depois, vou passar a palavra para o Zé Renato, que está na fila, e a Sandra, rapidinho. Eu imagino que onde não é possível, quer dizer, eu estou aqui falando onde não é possível cobrar da população, o poder público deveria ter a obrigação de fazer. Eu sei que não é simples, mas a lei não é essa, eu sei que não, mas a gente imagina que existe uma legislação. A ideia é cuidar da cidade, do valor geral. Aí vem a pergunta, se alguém se machuca numa calçada, como essa, o responsável é o morador ou é o poder público? Não precisa responder, eu só estou colocando a questão que passa a ter, realmente, a responsabilidade do poder público sobre determinados incidentes que ocorrem lá no leito viário, e a calçada faz parte desse leito viário. Essa sua última fala dizendo que, na periferia, as pessoas, realmente, é verdade, eu sei que não têm condição, tem muita região da periferia que não tem nem calçada, que precisaria estar construindo a calçada, inclusive, mas é por isso que eu estou falando, talvez. Tem que fazer uma gestão maior sobre essa questão da periferia, identificar esses lugares, onde, realmente, as pessoas, não possam fazer essa calçada, reconstruir essa calçada, e o poder público assumir, mas isso é uma questão para gente falar depois. Eu vou passar a palavra aqui para o Zé Renato, porque tem uma fila aqui.

**00:30:00 José Renato Soibelmann Melhem**: Bom dia, pessoal, tudo bem? Primeiro, oferecer, para quem não sabe, também tem um canal de denúncias, que é da CPA, eu coloquei o e-mail da CPA, aqui no chat, quem quiser copiar. Nós mesmos não temos poder de fiscalização, mas, recebendo a denúncia, a gente encaminha para o setor competente, que, como André comentou, é a subprefeitura, e nós acompanhamos, depois, a fiscalização. Eles passam o feedback para gente de como foi feita a fiscalização, e nós informamos o munícipe, que fez a denúncia, tá bom? Desculpe, Andrea, te corrigir em público, mas é que, conforme você falou, teve um ponto que arrepiou muita gente.

**00:30:53** **Andrea Moraes**: Renato, eu não entendi o que você falou.

**00:30:59 José Renato Soibelmann Melhem**: Ah, eu falei que tem um canal, pela CPA, eu coloquei o e-mail no chat, onde você pode fazer a denúncia, nós encaminhamos pro setor competente, que é a subprefeitura, e a subprefeitura, depois, nos dá o feedback de como foi feita a fiscalização, o resultado, se houve multa ou não, e a gente repassa para o munícipe. Então, eu vi que o doutor Hélio, por exemplo, tá interessado, se ele puder mandar para CPA, a gente vai fazer o encaminhamento dessa denúncia. E outro ponto é sobre o PEC que foi. Eu hoje estou na prefeitura, mas, na época, eu trabalhava no governo do estado e participei como representante do governo do estado. Foi criada uma comissão pela secretaria das subprefeituras, a Matilde era a coordenadora, na época, vice-prefeito Bruno Covas participava da comissão como secretário, e o PEC, foi feito por essa comissão, com técnicos de atos, técnicos de Degus, e com técnicos, de vários setores da prefeitura. Eu, no caso, como representante do governo do estado, tinham pessoas da sociedade civil ali. Foi mapeado o PEC, então, foi um trabalho técnico muito importante na época. Inclusive, um outro ponto, também, desculpa te corrigir novamente, a calçada, independentemente da via, ter uma declividade maior, que 20%, a calçada, tem que ser acessível, ela tem que ser acessível, independentemente da inclinação da via, a faixa livre tem que ser preservada com piso contínuo, conforme está na cartilha. Isso é importante a gente esclarecer, porque o PEC indica vias com declividade maior que 20%, porque elas precisam ser acessíveis também. Então, não foi um erro do PEC colocar vias com declividade superior a 20%. Essas vias, quando elas têm um tráfego intenso de pedestres, quando elas conectam vários equipamentos importantes, precisam ser acessíveis também. Desculpa, eu queria só esclarecer, porque muitos aqui participaram dessa comissão e é importante deixar claro o histórico do que ocorreu no PEC.

**00:33:16 Sandra**: A gente, já se conhece da CPA, tudo na declividade maior que 20%. Eu, como cadeirante, se eu for andar na calçada, eu vou evitar a calçada e vou para o asfalto, que ele é mais aderente e não me deixa escorregar, entendeu? Mesmo que ela esteja feita de acordo com as normas, porque, realmente, mais de 20%, a gente, às vezes, não consegue segurar a cadeira. Eu preferiria, se fosse o caso, de eu encontrar um lugar desse, eu, por exemplo, iria para a via, com certeza. Andréia, você me fala sobre um levante popular contra a construção de calçadas. Eu não sei, a gente já conversou com isso numa outra reunião sobre isso. Eu estranhei bastante essa sua fala, porque, assim, se houvesse, por exemplo, uma denúncia, e eu faço uma denúncia lá para a CPA, a CPA vai, fiscaliza, a pessoa recebe uma intimação, “olha, a senhora precisa arrumar sua calçada”, ela vai preferir gastar ou ela vai deixar que o governo, que o poder público, faça? Se fosse eu, eu ia deixar o público fazer, e não ia ter mais multa. Então, eu acho assim, acho que a gente precisa pensar o que seria esse levante popular contra uma calçada, em que as pessoas vão ficar idosas, com certeza, todo mundo vai ficar idoso, tomara a Deus, né? Todo mundo vai ficar idoso, nessa terra. Então, vai ter dificuldade de andar. Todo mundo quer uma calçada em ordem. É impossível que as pessoas falassem, “não, não vai aqui, eu não quero fazer minha calçada em ordem”, impossível, entendeu? Acho que é anti o pensamento que a gente tem. Outra coisa que eu tinha para perguntar para você, você falou que a fiscalização é via gestor e sob demanda, quer dizer, a gente tem que fazer um SAC, se é pelo 156 e como é que chama esse setor, você falou Degus, é isso, que se escreve? D, E, G, U, S, é assim, que se escreve? Como é esse local onde a gente faz? Zé, quando você fala em CPA, CPA encaminha para quem? Para a sub, porque, assim, eu acho que a sub não está resolvendo. Eu acho que deveria ser ou Ministério Público ou alguma outra demanda que a gente tivesse, que fosse isso para o setor responsável da fiscalização seria a subprefeitura e que ela não faz. A gente já viu que ela não faz. Então, se a gente já tem esse problema da fiscalização, o Zé estava falando que nós participamos, eu não participei, mas eu acompanhei a PEC e os projetos, isso e aquilo. Inclusive, fiz vistoria no local de alguns dos projetos, como que foi feito, então, escolha de lugares em que não ia ser possível fazer, como que acontece? Eu sei que você também não sabe, tanto que você se questionou, falou não sei como é que isso acontece, mas acontece, é muito triste, é muito triste, porque a gente vê que não tá sendo feito. Só mais uma coisa. Você falou que terminou a ata, não tem mais, você sabe quantos porcentos do que tinha sido programado foi entregue, agora, você sabe qual é a porcentagem de calçada que realmente foi entregue, você sabe disso? Obrigado.

**00:37:53 Mauro Calliari**: Oi, Andréia. Eu entro um pouco na linha da Sandra, eu queria usar a sua fala para a gente poder pensar em próximos passos, Dawton. O que a Andréia mostrou é que tem algumas coisas que a gente, talvez, não soubesse. Então, vamos falar de fiscalização? Primeiro, isso que ela falou que os fiscais só atendem a chamados nunca foi explicitado. O fato dela ser explícita, dizendo que os fiscais não saem e não têm, talvez, não entendi, se eles são instados a não olhar para as calçadas ou se são proibidos de olhar. Mas, em qualquer um dos casos, eles não estão hoje saindo com a obrigação de tentar descobrir problemas nas calçadas. O que significa que eles estão reagindo. Mesmo assim, Andréia, é uma das três perguntas que eu tenho. A primeira é assim, quantas reclamações são feitas? Eu acho que a gente tem esse dado, alguém conseguiu, se não me engano, um número aqui da Cidade a Pé, que eram mais de 200 reclamações de calçadas, por dia. Esse número se compara com 300 autuações feitas pela SMSub, total, de Prefeitura de São Paulo 300 autuações por ano. O que significa que a gente tem um percentual ridículo de autuações, mesmo em relação às reclamações. Quer dizer, já acho errado que eles só reajam. Eu imagino que eles são pessoas que conhecem o território, mas saem por aí e deveriam ser capazes de identificar problemas. Mesmo só reagindo, eles não estão funcionando. Eu queria entender se tem uma orientação, o que dá para fazer e quem é que dá essa ordem para falar assim, “olha, vocês só reajam, e não vamos multar”. Porque o que você falou assim, “ah, vai ter um levante popular”. Pode ser que tenha, mas, assim, o que você está, vamos dizer, quase que confessando em nome da Prefeitura, é que ninguém está com o mandato para corrigir o problema. A gente está deixando o problema para lá, à custa de cadeirantes que não se conseguem se mover, pessoas com idade que caem e alguns até morrem. Então, nós estamos diante disso. Essa é a primeira pergunta. A segunda pergunta é em relação à PEC. Você falou que a lista das ruas escolhidas daqueles um milhão e meio de quilômetros quadrados é feita pelo Legislativo. Pode ser que tenha sido um engano, mas me chamou a atenção isso. Eu sempre achei que essas ruas fossem os técnicos da subprefeitura, em conjunto com os conselhos participativos. Se isso for diferente disso, eu queria que você me contasse quem é que está mandando essas ruas. Porque, se é o Legislativo, certamente, eles não estão fazendo estudos. Eles não conhecerão o território como o pessoal, os técnicos das diversas subprefeituras. Então, essas são as perguntas que eu queria fazer. Primeira, qual é o processo de escolha das calçadas que serão objetos da PEC? E terceiro, é a pergunta que a Sandra já fez, de um milhão e meio de metros quadrados previstos, quantos foram feitos, em 2024? Obrigado. São três perguntas.

**00:41:25** **Andrea Moraes**: Eu vou começar, então, pelo Mauro que foi o último. Então, assim, a escolha das ruas da PEC, provavelmente, eu errei, porque eu estava recém-chegada na Secretaria, quando isso estava acontecendo e eu não participei, enfim. Por que eu pensei que fosse o Legislativo? Toda vez que a gente quer sugerir alguma inclusão de alguma via, a gente manda para a Secretaria de Governo. Eu acredito que tudo isso tenha que ser aprovado pela Câmara, então, realmente, vocês me corrigiram. Eu lembro que tinha essa, eu lembro dessa pessoa que vocês falaram o nome, da Matilde, eu lembro que ela estava na Secretaria, sim, e, agora, infelizmente, como tem muitas, vias que não têm a questão. A questão da declividade das calçadas. O nosso termo de referência dessa última ata não permitia que a gente fizesse, executasse calçada, com mais de 12% de declividade, tudo o que tem no nosso termo de referência foi baseado em toda a legislação municipal, a legislação da secretaria de pessoa de mobilidade reduzida. Ela tem aquelas três faixas, a faixa livre precisa ter, no mínimo, um metro e vinte, pela minha prática da obra. Tem alguns casos em que a gente deixa setenta, oitenta, porque passa uma na cadeira apertado, mas passa, a gente tem ruas em São Paulo que têm um metro de largura e têm árvore, poste. Realmente, é impossível, porque ali não passa um cadeirante, nem por um lado, nem por outro da inclinação. Nesse momento, eu não posso dizer em que lugar está definido de onde, o Fernando que é o chefe da assessoria técnica de ato se baseou para colocar nessa nossa última ata, para que não realizássemos essa calçada e declividades mais que 12%. Em muitos casos, a gente usou isso como média, porque existem calçadas que, num trecho, têm 10, no outro tem 8, no outro, tem 18, 20. A gente tenta ponderar. Essa resposta foi questionamento da Sandra. Você falou da fiscalização das calçadas e você está dizendo que não está sendo. Eu achei que tinha dado um *power* bom. O último concurso para agentes gestores na prefeitura tem mais ou menos 20 anos. Hoje, eu tenho número exato eu também posso pesquisar e depois passar, se não me engano, nós temos 400 agentes gestores, na cidade de São Paulo. Então, assim, mesmo que ele, mudando de casa, em casa aqui na rua que eu moro, por exemplo, olha, gente, a cidade inteira tirando a PEC que a prefeitura fez a cidade inteira está fora do padrão. Esses agentes gestores teriam que intimar a cidade inteira. Então, assim, não existe agente gestor o suficiente. Eu trabalhei muitos anos, depois, eu passei todo o meu tempo em obras, mas, assim, existem coisas que são muito delicadas de se falar, mas a fiscalização nas subs, até prisões de agentes gestores corruptos, em outros setores. Assim, eu acredito que para evitar qualquer tipo de distorção, até onde eu sei, os agentes gestores estão orientados a agirem conforme a demanda. Você pode fazer a reclamação pelo 156, você pode fazer uma carta, tirar foto, levar direto na subprefeitura, você pode fazer. A partir daí, o agente gestor vai ao proprietário do imóvel lindeiro, a essa calçada, e vai intimar ele a arrumar a calçada. A questão da fiscalização de calçadas é isso. De novo, tudo é muito complexo, precisa de funcionário, precisa de novo concurso, precisa da política interna das, subprefeituras, das orientações, do secretário, do prefeito. Quando eu falei de levante popular, eu usei uma palavra forte, e a Sandra também se assustou. O Mauro tinha sugerido para que todas as calçadas de cada subprefeitura fossem intimadas, todas as que não estão em bom estado, vamos convir que é a maioria. Vamos pensar a maior parte do território do município de São Paulo não é rico. O que aconteceria se as 32 subprefeituras intimassem todos os 30 dias, 15 dias, uma semana, então, assim, independentemente da situação financeira daquela família, ele está intimado a reformar aquela calçada, porque a prefeitura mandou, senão ele vai ser multado. Esse tipo de multa cai todo mês, ela é automática. Eu realmente não lembro do prazo, digamos que seja 30 dias, o agente gestor passa lá, a calçada não está reformada, começa a cair multa para essa família automaticamente todo mês, então, eu falei de levante popular, foi isso. Eu acho que é uma medida dura demais para uma cidade que a maior parte dessa cidade não é rica, muito pelo contrário, eu realmente acho que eu usei o termo muito forte, mas eu acho que haveria um problema muito sério, para os meus chefes resolverem. O meu chefe maior é político, é prefeito, secretário, enfim. Eu realmente não sei se é a melhor saída e não sei qual é a saída. Eu estou esquecendo alguma coisa, Mauro, o que você falou? Mauro, tem mais alguma coisa?

**00:52:45 Mauro Calliari**: Ela perguntou o que faltou. Eu estou só lembrando que eu perguntei também sobre qual é o número exato de métodos que foram realizados em 2024 versus um milhão e meio de métodos de luz, é só isso.

**00:52:52 Andrea Moraes**: Olha, essa informação já está na ata da reunião passada. Eu não tenho isso na minha cabeça.

**00:53:17 Mauro Calliari**: Porque como passaram-se dois meses daquela última reunião, imaginei que já tivesse um número mais atualizado.

**00:53:20** **Andrea Moraes**: A nossa ata já terminou faz meses. A gente terminou as nossas calçadas dessa ata foram finalizadas em junho, julho, final de junho. As minhas, por exemplo, final de junho, 30 de junho, já estavam todas finalizadas. Algumas continuaram, porque às vezes tem algum problema, choveu, e às vezes passa um pouco do prazo. Mas nesse segundo semestre, nós não fizemos nem um metro além do que já foi passado para vocês. Renato tinha falado da montagem e escolha da PEC, e eu me lembrei que realmente houve isso. A Sandra, que falou bastante. Então, a questão da declividade, as nossas atas nunca permitiram, nenhuma ata, a gente já teve várias, nenhuma permite que a gente faça calçada nem perto de 20%, porque, assim, tem a questão técnica. As nossas calçadas são de concreto, e por mais que a gente deixe ele asperozinho, numa chuva, numa inclinação dessa, qualquer um escorrega e cai. Se alguém cair em qualquer calçada que esteja pronta na cidade de São Paulo, o responsável é o munícipe. Nós fazemos a PEC, a gente entregou a PEC, a gente entregou a calçada, naquele dia o munícipe passa a ser responsável pela manutenção dela. A gente entregou ela direitinho. Se acontecer, durante os anos, quem vai ter que cuidar dessa calçada é o munícipe. Se a calçada dele estiver toda quebrada e alguém cair, ele vai ser responsabilizado juridicamente. O munícipe é o proprietário do imóvel. Se aquele imóvel é alugado, o locatário vai ter que chegar nesse proprietário e resolver com ele, porque é o proprietário, o possuidor, em qualquer termo, que ele é o responsável por fazer aquela calçada que não seja PEC e pela manutenção dela sendo PEC ou não. Entregou a calçada da PEC, foi entregue, a manutenção é dele. Na reclamação CPA, todas as reclamações que são feitas em relação à calçada vão para as subprefeituras. Eventualmente, a subprefeitura manda alguma coisa para nós, por exemplo, se for uma reclamação da obra da PEC. Aí vem para nós, porque está em obra.

**00:57:19 Elio**: Mauro, a questão das autuações pela subprefeitura, um próprio secretário subprefeito, quando eu coloquei a reclamação para ele, ele falou que se a prefeitura fosse autuar todas as reclamações, o prefeito perderia a eleição. Por isso, eles não fazem nada, como você mesmo constatou nas estatísticas. Então, isso responde esse estado de coisa que está. Sandra, eu agradeço a sua participação, que acho que foi muito sincera e estremecedora desse assunto. O pessoal tem um grupo que está, da Cidade a Pé e mais outras pessoas, estudando as calçadas, as questões da calçada. Esse grupo pediu se você poderia receber um dia na Secretaria para trocar ideias e ver como melhorar esse assunto. Era isso. Obrigado.

**00:58:58 Andrea Moraes**: Seu Elio, eu posso sim, claro. Recebo com o maior prazer. Nós, funcionários, temos todo o interesse de tudo o que pudermos ser útil, ajudar, sem a menor dúvida.

**00:59:22 Elio**: Obrigado. Eu já tenho aqui seu e-mail e vou passar para o grupo. Obrigado.

**00:59:36 Dawton Gaia**: Bom, não sei se mais alguém tem alguma dúvida com relação à pauta. O senhor está falando do grupo, que o grupo está se reunindo. Talvez seja, após essa reunião, fazer uma proposta para ter um documento, vamos colocar assim, para poder ser encaminhado. Talvez até um pedido de mudança de diretriz com relação ao que está acontecendo. Primeiro, quero dar os parabéns à Andrea. Mais uma vez, eu fiquei muito satisfeito com a participação dela. Que a gente possa dar o encaminhamento a alguma proposta.

**01:01:34 Mauro Calliari**: A Andrea colocou vários pontos que em si já sejam soluções, quando ela fala, por exemplo, que nós temos uma carência de número de fiscais e de um *briefing* dos fiscais. Eu acho que tem uma coisa óbvia, que é assim, bom, quem é que pede mais fiscais, quem é que tem esse poder? Eu imagino que a Andrea possa levar essa questão para o secretário e falar, olha, tive num grupo que está discutindo a coisa mais importante na mobilidade de São Paulo, que é andar a pé e a gente constatou que está faltando fiscal como é que a gente coloca isso num plano de metas como é que a gente coloca isso. Andrea, lembrando que o orçamento do ano que vem já está sendo feito já quase está pronto, então assim seria interessante voltar lá na secretaria agora e falar, olha temos aqui uma recomendação, não precisamos esperar esse nosso trabalho, Dawton, assim o grupo de calçadas, o grupo de da Câmara Temática está sugerindo fortemente que se contrate mais alguém e que se dê orientação, que é pode ser pouco fiscal, mas que eles pelo menos reajam com um pouco mais de velocidade em relação àqueles pedidos que já estão feitos, os SAC. Acho que se a gente só fizesse isso e só isso já fosse feito já seria um grande ganho. Não é para causar uma revolução, mas como a gente tem uma autuação por dia, a gente pode passar isso para 10, porque nós temos pelo menos uns mil problemas a mais então acho que seria interessante sair daqui não sei. Andrea, se você precisar de algum documento formal, a gente escreve, fala assim é inaceitável uma situação em que as pessoas continuam caindo na calçada e a gente só tenha 300 autuações por ano, se ajudar.

**01:03:27 Andrea Moraes**: Gente, eu não tenho esse poder de chegar no secretário e dizer a ele eu penso que todas as coisas que precisam ser feitas. Eu acredito que tudo passe pelo legislativo, pela política. A gente está em final de mandato, a gente não sabe quem serão os novos secretários. Se eu chegar para o secretário e falar, olha tem pouco agente gestor, ele me chora tá bom ele fala, tá bom, eu sei. O meu apelo, eu sou uma técnica, não é eu não tenho a menor a menor força política para estar encaminhando essas questões, visando a uma mudança.

**01:04:44 Dawton Gaia**: Bom, eu acho o seguinte. É lógico que ela tem livre escolha de poder passar para o Fernando. O Fernando acho que é o chefe dela, relatar o que ocorreu aqui na câmara, até para poder ele levar isso adiante. Eu acho que isso precisa ser feito realmente para poder ser dado um encaminhamento, mas eu acho que independente disso, como ela está relatando. A gente pode fazer um documento e fazer isso oficialmente e caminhar. Pode ser caminhado via grupo, pode ser caminhado via câmera, pode ser pode escolher. A gente faz a ponte e faz o encaminhamento que a gente pode fazer isso. Não teria problema nenhum. Pode ser as duas coisas. Com toda certeza, ela fazer o relato que ela vai fazer lá do que ocorreu aqui na reunião da câmera, que foi uma reunião muito boa mesmo. Eu mesmo algumas coisas eu desconhecia, estou sabendo agora. Como acho que a maior parte das pessoas que estavam aqui não sabia desse formato, vou colocar assim e a gente faz o encaminhamento. Acho que é isso, não tem muito o que fazer agora. Uma coisa é você subir lá no site, fazer uma reclamação, e outra coisa é tomar providência que são coisas diferentes. Você tem lá uma fiscalização que é uso o indevido da calçada, depois tem uma fiscalização, a calçada está danificada que precisa ser restabelecido o caminho, porque está cheio de buraco. Cada demanda deve ter um caminho para poder ser percorrido e ser dada uma resposta. É isso. Acho que a primeira coisa a ser feita é a gente tentar elaborar um uma proposta de uma proposta de possível possibilidade de diretriz para poder caminhar para a SMSub. A gente não pode esquecer, só voltando um pouquinho no início da nossa reunião, é que tem secretarias específicas que contratam projetos. Por exemplo, o triângulo histórico que está sendo realizado uma obra no centro.

**01:07:31 Cauê Jannini**: Desculpa, eu cheguei atrasado, tive alguns problemas em casa hoje. Eu ia fazer uma pergunta, não sei se vocês já falaram disso. Uma coisa que pode ser, talvez a Câmara possa oficiar para a Prefeitura, para a Secretaria, enfim, não sei, o aumento de verba no projeto de orçamento no ano que vem, tanto para a fiscalização quanto para a reforma. Isso vocês falaram já? Mas se você quiser falar disso, é legal, Cauê, inclusive com os dados que você levantou. A Andrea falou que não tem entrada para, enfim, sequenciar esse tipo de ação, mas a Câmara, então, do jeito que está, não dá para ficar, certo? Então, assim, não tem funcionário o suficiente para fiscalizar esse tipo de coisa. Tudo bem, pode ser uma realidade agora, mas isso precisa mudar urgentemente. Não dá para a cidade não ter fiscal o suficiente para fiscalizar as calçadas. Não dá, tem gente caindo, se acidentando, morrendo. “Ah, não vamos fiscalizar, porque as pessoas vão se revoltar”. Gente, alguma solução tem que ser dada. Essa gestão está começando, tem toda a capacidade de propor uma forma de resolver esse problema de calçada, eu acho. E uma coisa que eu sugeria, a gente vamos oficiar, como Câmara temática, enfim, da forma que a gente achar melhor, a Prefeitura para aumentar os recursos, tanto para fiscalizar, para ter mais fiscal, quanto para reforma, que são recursos ínfimos, que o próprio Executivo propôs para a gestão para o próximo ano é um vinteavos do recurso de recapeamento. Isso sempre tirando o tapa-buraco, certo? O tapa-buraco tem o seu recurso garantido, que é a manutenção da via para a carro. Voltei. O recapeamento tem um recurso próprio de quase um bilhão só para recapear. E calçada está com 40 milhões, um vinteavos, certo? Isso é absolutamente uma inversão total de prioridade. Então, acho que poderia ser uma coisa interessante da Câmara. O papel da Câmara chama atenção para isso. É isso. Eu falei sobre o orçamento da calçada.

**01:10:11 Dawton Gaia**: Lógico que a Câmara pode estar fazendo esse trabalho de recomendar. Eu estava falando que existem trabalhos específicos por outras secretarias. Por exemplo, o Teatro Histórico foi feito, está sendo realizada a obra por SP Obras. Agora tem as ruas temáticas que estão sendo realizadas por SMU. Tem vários programas que estão sendo implementados por outras secretarias. Nós estamos fazendo os programas de segurança. A SMT está fazendo, contratou vários projetos de segurança, áreas calmas, ruas completas. Um trabalho também é pequeno diante de uma cidade como São Paulo, mas quando junta todas as secretarias, ele termina sendo significativo esse trabalho feito por secretarias. E a PEC das Calçadas vem realmente dar essa contribuição, vamos dizer assim, fazer esse trabalho que realmente precisa ser feito para resolver o problema tão grave que tem com relação às calçadas. Você falou de 40 milhões, que realmente o valor é muito pouco com relação à cidade, de modo geral. Com relação ao recap, que é menos prioritário.

**01:11:40 Cauê Jannini**: É claro que o recap não é o tapa-buraco, é o recap mesmo, que é repaginar a via toda. Faz na rua, mas não faz na calçada. Honestamente, é uma inversão total de prioridade.

**01:11:53 Dawton Gaia**: É que eu acho, Cauê, que tinha que ter umas mudanças mais significativas com relação à gestão desse processo de modo geral. Que não é fácil, realmente não é fácil. É um plano intersecretarial. Então, é claro que se você põe logo o programa do pavimento, parte do programa, você já faz a guia, a sarjeta, deveria ter a calçada. Mas, infelizmente, tem um problema que chama-se objeto de contrato. E você não pode fazer isso num único contrato. tem que ser uma outra licitação.

**01:12:38 Cauê Jannini**: O objeto prioritário, a calçada, e deixe a recapa para depois.

**01:12:42 Dawton Gaia**: Eu entendo, eu entendo e não estou discordando de você, não, Estou falando que é muito difícil você compatibilizar os projetos, porque você tem a história da elaboração, de um tempo de referência, e você tem secretarias que são responsáveis por objetos e que parte desse objeto não pode ser repassada pela secretaria. Ela tem que fazer uma licitação e fazer uma proposta de um programa específico para poder melhorar a questão das calçadas, por exemplo, que é a história da PEC. Por exemplo, a PEC das Calçadas é um programa de manutenção. Eu não consegui ampliar o passeio nesse programa, o que é uma pena, porque é questão de legislação. Realmente, eu não sei. Mas é uma questão de legislação. Infelizmente, não pode fazer isso, porque seria muito bom. Onde passar o pavimento novo, fazer a calçada, e onde for necessário fazer o pavimento novo, se tiver um projeto de travessia elevada, se tivesse outro projeto de lombada, por exemplo, já fazia nesse programa. Na verdade, as coisas deveriam estar sendo conduzidas nesse formato. Passando uma rua, tem lá uma proposta, tem um projeto de ciclovia, de ciclofaixa, implanta a ciclofaixa. Pavimentou, fez a calçada, então implanta a ciclofaixa, faz a calçada, e vai um para o outro. Vai zerando a conta em todo lugar que passa. Esse seria o programa ideal para a cidade inteira, mas não é fácil. Realmente não é fácil, é muito difícil, é complexo o processo, e seria muito bom se fosse feito nesse formato, mas muitas vezes a gente não consegue. Infelizmente, não conseguimos fazer nesse formato, fazendo um pente fino em tudo o que tem que ser feito naquela rua e deixando ela zerada.

**01:14:46 Cauê Jannini**: Eu concordo, seria superinteressante, mas entendo que é uma coisa que envolve uma mudança de gestão. O meu ponto não é nem isso, o meu ponto é se vamos escolher uma coisa que a calçada é a primeira. A calçada tem que ser a primeira, pela legislação federal, legislação estadual, legislação municipal, e não tem sido assim. Você vê no orçamento, você vê em vários lugares isso da gestão. Mas eu concordo. Se fosse repensar a rua inteira e já resolver a mudança de gestão, seria ótimo.

**01:15:15 Dawton Gaia**: A prioridade está lá na lei. A prioridade é o pedestre. Tinha que ser dada a prioridade total ao pedestre, depois ao ciclista, depois ao ônibus, aquela história da prioridade que a lei coloca muito bem no plano de mobilidade. Então, é isso.

**01:15:52 Andrea Moraes**: O que eu queria dizer, eu fiquei muito contente que vocês acharam que a minha participação foi útil. Quanto à minha sinceridade, na verdade, tudo o que eu falei é público. Todas as informações da prefeitura têm algum lugar que você encontra. Não tem nenhum segredo.

**01:16:28 Dawton Gaia**: Perfeito. É isso aí. Você está só explicitando, mas é isso mesmo. E se entrar nos sites da prefeitura.

**01:16:37 Andrea Moraes**: Eu não sei se no site, mas na secretaria, as subprefeituras, todas elas estão sempre dando retorno. Número de SAEs que está atendido, número de funcionários, tem tudo lá. O que talvez não seja comum é alguém ter essa disposição, um técnico, de estar fazendo parte e estar esclarecendo as coisas. Mas eu não contei nenhum segredo. Até porque eu desconheço qualquer segredo. Enfim, é isso. Eu só queria fazer essa observação.

**01:17:20 Dawton Gaia**: Perfeito.

**01:17:28 Elio**: Alguém escreveu aqui no chat que compete ao gente investidor desempenho das atividades de fiscalização, normas relacionadas ao código de justificações, zoneamento etc. O que acontece na questão das calçadas é que o Código de Obra é omisso em exigir uma referência para a planta que é apresentada para a prefeitura de qual altura ele vai construir. Precisa ser colocado isso no Código de Obra, que a referência é a guia. A partir da guia, ele vai considerar a construção da calçada e vai falar que altura ele vai fazer a garagem dele. Hoje, não existe na legislação essa referência. Então, cada um faz a altura que quer a sua garagem e depois a calçada é adaptada a isso. Então, existe essa falha na legislação. Precisa ser corrigida.

**01:18:53 Dawton Gaia**: Muito bem. Eu acho uma excelente observação e podemos fazer esse caminhamento.

**01:19:02 José Renato Soibelmann Melhem**: Dawton, os decretos 59 e 671 tratam exatamente disso que o doutor Elio comentou, sobre a questão da altura da calçada, a acomodação em relação ao lote. Esse decreto é de 2020 e trata exatamente disso. O que ocorre, doutor Elio, é que muita gente não respeita. Isso eu vou concordar com você, mas não é por falta de decreto.

**01:19:23 Elio**: A planta de licenciamento apresentada para a prefeitura deveria indicar de lado da guia a minha construção, a minha entrada vai ser tantos centímetros de altura. Ela é omissa nisso. É esse o problema.

**01:19:50 Dawton Gaia**: Ela é omissa, porque não existe essa exigência.

**01:19:56 Elio**: Então, cada um faz a sua.

**01:20:02 Dawton Gaia**: Nessa nova legislação, Renato, se isso cabe.

**01:20:14 José Renato Soibelmann Melhem**: Incluir no licenciamento a exigência de atendimento ao decreto. Mas eu entendo que o decreto tem que ser respeitado, independentemente de estar explícito no momento do licenciamento. Claro que, estando explícito, ficaria mais fácil da população entender essa exigência. Agora, o decreto já existe, ele tem que ser respeitado. É o 59-671 de 2020.

**01:20:36 Dawton Gaia**: Eu estou entendendo que está pedindo que seja exigido na fiscalização, na hora da autorização para a construção.

**01:20:48 Elio**: Na autorização da construção.

**01:20:57 Dawton Gaia**: A lei é clara que tem que ser feita desse jeito. Eu entendi o que o Renato falou. O que eu estou dizendo é o seguinte. A lei tem alguns momentos que ela tem que ser imposta. E você vai impor na hora que for legalizar o imóvel dele que ele tem que receber o abitse. Vai fazer a vistoria, ela está irregular, está fora da lei, ele tem que corrigir, senão ele não recebe o abitse dele. Vai ter que quebrar a calçada e fazer de novo?

**01:21:31 Elio**: Antes de construir o prédio, Dawton, se ele constrói o prédio e vai pedir abitse, ninguém vai quebrar o prédio dele para acertar a calçada.

**01:21:40 Dawton Gaia**: Eu entendi isso. Eu acho que é isso mesmo. O que está sendo colocado é que a quantidade de fiscais que existem na cidade talvez não seja o suficiente para poder fiscalizar neste formato e com essa força. Qualquer imóvel que estiver sendo construído deveria estar sendo fiscalizado e ter essa observação. Entendi. É buscar esse entendimento e essa fiscalização, essa necessidade de se fazer uma cidade melhor. O que o Renato falou, a lei existe, a lei é severa, ela atende à demanda, vamos dizer assim, atende o que está sendo pedido, ela só precisa ser cumprida. Ela só vai ser realizada, vamos dizer assim, executada, se tiver fiscalização. Se eu puser uma placa de proibir estacionar e não tiver uma fiscalização, se todo mundo parar embaixo da placa, ela não serve para nada se você não tiver fiscalização. É assim, em tudo que se faz e que exige fiscalização, se não tiver fiscalização, não faz o efeito que tem que ser feito, isso de modo geral.

**01:23:04 José Renato Soibelmann Melhem**: Perfeito, Dawton, é isso mesmo.

**01:23:09 Dawton Gaia**: O que não é fácil numa cidade do tamanho da nossa. Não estou dizendo que tem que facilitar e que não tem que fazer, acho que a obrigação do poder público é fazer sim, é fiscalizar sim e retirar, fazer dessa cidade uma cidade melhor da melhor forma possível e a gente só consegue fazer isso com fiscalização. Não tem outra forma de cumprir a lei se não tiver fiscalização. Bom, gente, são 11h41, não tem mais ninguém inscrito aqui na nossa reunião para falar. Eu queria agradecer a todos. Queria agradecer a todos mais uma vez, agradecer especialmente a Andrea pela disposição e pelas falas que ela fez hoje, muito esclarecedora, realmente muito esclarecedora. Agradecer ao Renato que fez essa contribuição muito boa, realmente, em tudo que está sendo colocado. E o que a gente precisa fazer, Mauro, agora é fazer o encaminhamento disso que a gente está propondo aí. Assim que tiver, vocês vão fazer um documento? É isso, Renato ou Mauro? Vocês vão fazer um documento do encaminhamento?

**01:24:26 Mauro Calliari**: Eu, sinceramente, acho que toda vez que a gente vê alguma falha, alguma coisa no funcionamento da prefeitura, que sabe qual é o problema, que identifica o problema, que você fala, nós vamos fazer um encaminhamento, me parece que a gente está só adiando o problema. Claro que nós vamos fazer uma proposta, falar assim, olha, atenção, tem problemas aqui e ali, mas eu não acho que isso, para mim, me incomoda quando você termina uma reunião em que nós estamos vendo problemas administrativos e de gestão e a resposta a eles é, então nós vamos fazer uma proposta. É evidente que o que foi mostrado aqui deveria ser objeto de uma profunda revisão de processos da prefeitura. Nós vamos fazer esse grupo de trabalho nosso, é um grupo de gente que está aqui, vai simplesmente editar esses problemas que a gente tem visto e vai tentar colocar, sistematizá-los e aí nós vamos contar com você para levar isso, como a própria Andrea falou, para uma estância a superior, porque ela ou as pessoas que vêm aqui não têm a capacidade e o poder de mudar esse status. Então, é só para a gente deixar claro que o grupo de trabalho de calçada vai apenas, somente sistematizar questões que estão sendo levantadas aqui e que não estão sendo resolvidas. Eu não entendo como a gente sai de uma reunião dessas e assim, a própria prefeitura não fala, nossa, é mesmo, nós precisamos mudar isso, então eu vou fazer alguma coisa. Nós vamos levantar, tomara que a gente consiga uma interlocução, não adianta a gente falar agora com ninguém, porque nós não sabemos quem vai ser o secretário de transportes, nem de urbanismo, nem de gestão e nem de subprefeituras e a gente vai tentar falar alguma coisa que seja pelo menos consolidar essas dificuldades que a gente tem visto. Só para não ficar a gente achar que, nossa, o grupo de trabalho de calçadas vai ajudar a resolver isso. Nós vamos simplesmente poder levantar a voz e falar, aqui, temos esta e esta informação que a gente colheu ao longo de anos na Câmara Temática, nossas observações, nosso trabalho sobre problemas apontados. Não vejo como uma panaceia, só um pequeno desabafo pessoal. Eu acho que seria importante ter um calendário para o ano que vem, não sei se já está pronto de reuniões, só para a gente depois formalizar.

**01:26:46 Dawton Gaia**: Está perfeito, está sendo feito o calendário. Então, duas coisas, Mauro. Tudo que nós tratamos das reuniões aqui, a gente leva. Quando eu falo, vamos fazer um documento, é só um reforço para o que a gente vai fazer. Então, o fato de eu participar de outras reuniões, porque a gente participa de reuniões com outras secretarias, fala um pouco da dificuldade, pelo conhecimento que a gente tem das reuniões temáticas que a gente está envolvido aqui. Então, cada reunião que eu participo, ou a Michele participa, o Pradas, de um modo geral, a secretaria de um modo geral, todas as vezes que tem a possibilidade, a gente coloca esses assuntos e leva. Agora, o fato de eu me sinto responsável e bastante responsável por levar isso adiante. Não tenho dúvida disso, a gente faz isso. Agora, infelizmente, às vezes não surte o efeito que a gente gostaria. É mais lento, algumas coisas nós temos absoluto sucesso, em algumas coisas, e outras depende de contrato. Eu preciso fazer um projeto, preciso fazer uma licitação, quer dizer, a resposta vai ser sempre. Eu dependo de uma contratação para poder executar essa obra que você está me pedindo. E a gente não desiste, não. Preciso ficar muito cardíaco, não estou repassando nada para vocês. Essa licitação que me deu, que você fala que está me repassando. Não, mas não estou, não. Não estou mesmo. Eu estou só dizendo o seguinte: estamos juntos, vou levar, e se vocês fizerem um documento, a gente vai só reforçar o que a gente está falando, o que está dividindo nas outras secretarias. A gente compartilha e cobra também. A gente também cobra nas outras secretarias o que tem que ser feito. É isso. Muito obrigado a todos, mais uma vez. Eu diria que foi bem legal nossa reunião. É bom a gente achar uma pessoa com sinceridade, como a Andrea, que falou sobre o poder público, e ela falou exatamente, não tem nenhuma novidade, tudo isso que ela falou foi público. Ela só resumiu e explicitou. É isso. Então, muito obrigado, Andrea. Muito obrigado, Renato. Muito obrigado a todos, participando aqui da nossa reunião. Espero contar com você nas próximas reuniões.